

Mais do que reconstruir infra-estruturas, é preciso reparar as vítimas das mudanças climáticas

- A razão é simples: o Idai, o ciclone mais devastador em Moçambique, é um fenómeno natural cujos responsáveis estão bem identificados: as potências económicas consideradas maiores poluidoras do ambiente (dimensão global) e os responsáveis e facilitadores da exploração desenfreada e insustentável de recursos naturais em Moçambique (dimensão nacional).



Este artigo resulta de apresentação feita pelo CDD na conferência organizada pelo Departamento de Assuntos Políticos, Paz e Segurança (PAPS) da União Africana, Centro de Estudos da Violência e Reconciliação (CSVR), em colaboração com Impunity Watch, International IDEA, Fundação Berghof, Transitional Justice Legacy Fund e o ECES. A conferência foi organizada em Setembro de 2022 em Lome, capital do Togo.

Nesta conferência, o CDD apresentou o caso do Ciclone Idai que atingiu a região centro de Moçambique em Março de 2019. Com epicentro na cidade da Beira, o Idai foi o ciclone mais mortífero e devastador na história recente de Moçambique: perto de mil pessoas morreram e mais de três milhões foram afectadas, com centenas de milhares precisando de ajuda humanitária até hoje.

Além das mais de 300 mil habitações destruídas, a rede de infra-estruturas danificadas inclui milhares de escolas e centros de saúde, e centenas de quilómetros de estradas. Há ainda centenas de milhares de hectares de culturas destruídas devido às inundações e cheias que acompanharam o Idai nas províncias de Sofala, Manica, Zambézia, Tete e Nampula.

O Governo de Moçambique estimou em 3,2 mil milhões de dólares os custos de reconstrução, dos quais 750 milhões de dólares para a construção de habitações. Desse valor, o Governo conseguiu mobilizar junto dos parceiros de cooperação bilaterais e multilaterais ape-

nas 1,5 mil milhões de dólares, o que significa que prevalece um défice de cerca de dois mil milhões de dólares para reconstruir as infra-estruturas destruídas, a maioria na cidade da Beira, a mais fustigada.

Considerada pelas Nações Unidas como “a pior tempestade de sempre no hemisfério sul”, o Idai foi a consequência mais agressiva das mudanças climáticas, um fenómeno causado por factores humanos. E estes factores podem ser divididos em duas dimensões: global e nacional.

A nível global estão as potências consideradas como sendo as maiores poluidoras, onde se destacam os Estados Unidos da América (EUA), China, Rússia, Índia e Alemanha¹. Tratando-se de economias desenvolvidas, os maiores poluidores não sofrem, na mesma proporção dos países subdesenvolvidos, os efeitos das mudanças climáticas. Enquanto os países pobres têm sido os mais atingidos e devastados pelos efeitos do aquecimento global, os países ricos investiram na resiliência às mudanças climáticas e podem contar com a sua riqueza para minimizar os danos causados por eventos climáticos extremos.

A dimensão nacional tem que ver com a exploração desenfreada e insustentável dos recursos naturais. Por exemplo, a exploração de madeira é feita de forma quase criminosa e sem nenhum compromisso com a sustentabilidade ambiental. Nos últimos anos, extensas áreas de florestas são simplesmente dizima-

das pela indústria madeireira, dominada pelos interesses chineses. Na verdade, a corrupção das elites políticas é que facilita a devastação florestal, deixando a terra sem capacidade de proteger o meio ambiente.

Por isso, o CDD defende que as pessoas que perderam familiares e viram os seus bens, incluindo as suas habitações a serem destruídas pelo ciclone Idai merecem ser compensadas. Não basta a reconstrução de casas e de infra-estruturas públicas, é preciso reparar as vítimas do ciclone Idai, sobretudo os residentes da cidade da Beira. A razão é simples: o ciclone Idai é fenómeno natural que tem os seus causadores: as potências económicas consideradas maiores poluidores (dimensão global) e os responsáveis e facilitadores da exploração desenfreada e insustentável de recursos naturais (dimensão nacional).

São estes actores que devem ser chamados à responsabilidade para reparar os danos económicos e sociais causados a milhões de pessoas afectadas pelo ciclone Idai. Segundo a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), três anos depois da devastação causada pelo ciclone Idai, cerca de 90.000 pessoas deslocadas internamente continuam a viver em condições precárias em Sofala², no centro de Moçambique. Os deslocados internos ainda enfrentam graves desafios da protecção, que podem agravar-se com o registo de ciclones recorrentes e até mesmo tempestades.

¹ <https://summitmobilidade.estadao.com.br/sustentabilidade/quais-paises-mais-emitiram-gases-poluentes-nos-ultimos-100-anos/>

² <https://www.acnur.org/portugues/2019/04/23/sobreviventes-ciclone-idai-comecam-retornar/>



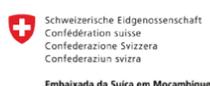
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autore: Crichula Simango
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique



UNIÃO EUROPEIA

